

Uma Representação do Litoral Português: o Baixo Vouga (Séculos IX-XIV)

Maria Rosário Bastos
J. M. Alveirinho Dias

Uma Representação do Litoral Português: o Baixo Vouga (Séculos IX-XIV)

Maria Rosário Bastos
J. M. Alveirinho Dias

I- Introdução

O estudo da evolução do traçado do litoral português ao longo dos tempos históricos tem sido objecto de alguns trabalhos que merecem ser assinalados ¹. Contudo, a evolução da linha de costa é, ainda, pouco conhecida, principalmente no período anterior ao século XVI ². A zona do Baixo Vouga não constitui excepção e, muito embora possamos contar com o trabalho de Amorim Girão sobre a Bacia do Vouga ³, bem como com inúmeras monografias de carácter historiográfico e/ou geográfico e geológico, o facto é que falta um estudo integrado e multidisciplinar que, por um lado actualize os conhecimentos e, por outro, introduza na caracterização geomorfológica as informações decorrentes dos impactos antrópicos. Entenda-se aqui por acções antrópicas as alterações provocadas pelo Homem no meio circundante designadamente no que respeita à criação ou recrudescimento de núcleos urbanos, intensificação de práticas agrícolas - através da alteração da trilogia *saltus/silva/ager* - bem como o incremento da actividade portuária (marítima e/ou fluvial) ⁴.

Para se conseguir um conhecimento mais abrangente, é imprescindível cruzar as informações geomorfológicas com a análise criteriosa da documentação histórica de modo a que se chegue a um conhecimento fiável da evolução de um dado espaço.

O caso de Aveiro é paradigmático no que se refere à rápida evolução costeira e às consequências que esta, em correlação com a evolução política-militar do país, teve ao nível da ocupação e desenvolvimento da região. Na verdade, directamente relacionadas com estas condicionantes naturais estão as variações dos níveis de ocupação e aproveitamento dos solos (agrícolas ou litorais, designadamente, neste último caso, com a construção de salinas) as pescas, o comércio e a navegação.

Curiosa é ainda a sincronia que se pode estabelecer entre a formação da zona lagunar

¹ MARTINS, Alfredo Fernandes - *A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa*, sep. de «Biblos», nº XXII, Coimbra, 1947, pp. 1-35; OLIVEIRA, I. B. Mota, VALLE, A. J. S. F. & MIRANDA, F. C. C. - *Litoral Problems in the Portuguese West Coast*, "Coastal Engineering", vol. III, 1982, pp. 1951-1969 ou, ainda, DIAS, J.M. Alveirinho, RODRIGUES, Aurora e MAGALHÃES, Fernando - *Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos*, in "Estudos do Quaternário", 1, APEQ, Lisboa, 1997, pp. 53-66.

² DIAS, J.M. Alveirinho *et al.* - O.C., p. 63.

³ GIRÃO, A. de Amorim - *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

⁴ Na verdade, sabemos bem que muito antes da formação do estado português, a zona do Baixo Vouga havia já sido palco de um povoamento de dimensão apreciável; cf., entre muitos dos exemplos possíveis, o trabalho de SILVA, António Manuel S. P. - *Proto-História e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral: elementos para uma avaliação crítica*, Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada na F.L.U.P. (Policop.), Porto, 1994.

de Aveiro e a estruturação e afirmação do estado português. Como refere Orlando de Oliveira, “A Ria de Aveiro e Portugal formaram-se ao mesmo tempo”⁵ e, acrescentaríamos nós, o desenvolvimento de uma contribuiu, à sua escala, para a afirmação do outro.

Com base nos pressupostos atrás enunciados, constituem-se como objectivos do presente trabalho a caracterização (possível) do traçado da evolução da linha de costa da zona do Baixo Vouga em tempos medievos, a saber, desde o período imediatamente anterior à formação de Portugal até ao primeiro quartel do século XIV ou, se preferirmos, até ao final do reinado de D. Dinis, reinado este que constituiu, de facto, um momento-chave que, conforme a perspectiva, tanto pode fechar um ciclo como abrir outro⁶.

Pretende-se, deste modo, contribuir para colmatar a evidente lacuna sentida ao nível do conhecimento da nossa orla marítima medieval.

II- Apresentação de Resultados

II.1 Locais Litorâneos segundo os documentos dos sécs. IX-XIV

É hoje consensual que a abordagem do Baixo Vouga lagunar só faz sentido se analisarmos uma vasta área circunscrita, *grosso modo*, entre Espinho e Buarcos, porquanto a desembocadura deste rio foi subsidiária do abastecimento sedimentar fluvial de outros rios maiores, designadamente do rio Douro que, a norte, mercê sobretudo da deriva litoral, foi um agente activo na mobilização e distribuição de sedimentos pela plataforma continental da região em apreço⁷. Assim, para esboçarmos os contornos do litoral na zona do Baixo Vouga, bem como de todo o seu espaço fluvio-marítimo navegável, teremos que atentar nas informações concernentes a toda uma região que ultrapassa, a norte, os limites da actual laguna de Aveiro. Para tanto, vamos seguir um percurso norte/sul respeitando, sempre que possível, uma escala crescente na cronologia documental.

No séc. IX encontramos já menção à lagoa de Ovil, actualmente conhecida por “Barrinha de Esmoriz”⁸, menção esta que se repete para o século seguinte⁹. Ainda no século X, é-nos referida a existência de um porto, obviamente marítimo, em Ovar¹⁰, o que demonstra que não se começara, ainda, a formar o cordão arenoso que daqui crescerá para sul. E por aqui se ficam as referências documentais à faixa costeira portuguesa do Entre-Douro-e-Vouga num tempo pré-português. No século XI, Espinho e Anta são referidos como locais situados junto à orla

⁵ OLIVEIRA, Orlando de – *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1988, p. 31.

⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 161.

⁷ OLIVEIRA, I. B. Mota *et al.* - O. C., pp. 1951-1959.

⁸ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*, jussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita: *Diplomata et Chartae*, vol. I, Olisipone, 1867, docs. 8 e 12. A partir deste momento, sempre que nos referirmos a esta obra designá-la-emos tão só por *P.M.H., Diplomata et Chartae*, seguida da referência aos documentos em apreço.

⁹ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 25 e 291.

¹⁰ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 25.

¹¹ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 585; *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. crítica por Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso sob orientação do P. Avelino Jesus da Costa, vol. II, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1978, doc. 185 e, ainda, *Le Cartulaire Baio-Ferrado de Grijó (XI^e-XIII^e siècles)*, Introduction et Notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971, doc. 43. A partir deste momento sempre que nos reportarmos a estas duas últimas obras apenas utilizaremos a menção a *Livro Preto* ou *Cartulário Baio-Ferrado*, seguida da(s) respectiva(s) referência documental.

marítima ou, no dizer coevo, “*prope litus mare*”¹¹. Nesta fase, a lagoa de Ovil estava não só perfeitamente formada como se encontrava já em fase de assoreamento como nos indica um estudo arqueológico e geomorfológico decorrente da descoberta de uma armadilha de pesca datada da época romana (sécs. I/II d.C.). Os resultados obtidos com o referido trabalho concluem que há cerca de 2000 anos este corpo lagunar estava activo, tendo sido progressivamente assoreado até se transformar em terreno emerso. Na verdade, por volta dos sécs. IX/X, a zona já tinha sido colonizada por espécies arbóreas¹².

Quanto à dimensão desta lagoa que nos nossos dias se reparte entre Paramos e Esmoriz, podemos documentar que, ao tempo, ela era consideravelmente maior quer a norte, quer a sul. Vejamos: a supracitada armadilha de pesca foi descoberta na actual zona da carreira de tiro de Silvalde. Contudo, poder-se ia tratar de uma outra formação lagunar imediatamente subsequente à actual. Porém, em 1037, diz-se que a “vila de Pousada” (actualmente Santa Cruz, em Silvalde) se situa no percurso “do rio a que chamam lagoa” até que desagua no mar¹³; além deste diploma, uma carta régia datada de 1284, destinada a delimitar o castro de Ovil e a vila de Silvalde, salienta, a propósito das respectivas demarcações, que o rio Maior vai a direito desaguar numa lagoa¹⁴, obviamente, a do castro de Ovil. A sul de Silvalde também se detecta que a configuração da lagoa era diferente da actual. Nas inquirições dionisinas de 1288 faz-se referência à lagoa de Cortegaça¹⁵. Assim, parece que ainda nos séculos XII e XIII, a lagoa era maior que actualmente, espalhando-se por Silvalde, Paramos, Esmoriz e Cortegaça.

Avançando para sul, nos sécs. XI e XII, temos a assinalar junto à orla marítima as localidades de Cabanões, em Ovar¹⁶ - informação que se repete para a centúria seguinte¹⁷ - e Vilar, perto de Válega¹⁸. Ainda no séc. XII, encontramos uma importante revelação respeitante à foz dos rios Vouga e Antuã. Quanto ao Vouga, menciona-se que ele percorre a localidade de Rio Seco (c. Estarreja) entrando no “mar oceano” (sic) pela parte oriental¹⁹; o Antuã, ainda desaguava no mar²⁰ (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 2 e 4). Estes dados confirmam que, muito embora em Ovar já se tenha começado a formar a restinga arenosa, esta ainda devia ter como limite sul a Torreira²¹ - onde, aliás, se situava a barra - dado que o Antuã e o Vouga desembocavam directamente no mar, o primeiro em Estarreja e o segundo ligeiramente a sul, entre Canelas e Fermelã. Por outro lado, estamos já longe do tempo em que a foz do Vouga se

¹² ALVES, Francisco J. S., DIAS, J. M. Alveirinho, ALMEIDA, Mário J. R. de & TABORDA, Rui - *A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho)*, Separata de “O Arqueólogo Português”, série IV, 6/7, 1988-89, pp. 187-226.

¹³ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 296.

¹⁴ *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum Qui in Archivo Municipali Portugalensi Asservantur Antiquissimorum*, vol. 1, Porto, 1891-1938, pp. 393-394.

¹⁵ Citado em AMORIM, P. Aires de - *Esmoriz e a sua História*, Esmoriz, ed. da Comissão de Melhoramentos, 1986, p. 135.

¹⁶ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 261 e *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 104. A partir deste momento sempre que aludirmos a esta última obra designá-la-emos apenas por *Docs. Mediev. Portug.*, seguida da menção do volume e documentos em análise.

¹⁷ *Docs. Mediev. Portug.*, vol. III, doc. 104.

¹⁸ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 187; *Livro Preto*, vol. III, doc. 435 e *Docs. Mediev. Portug.*, vol. III, doc. 56.

¹⁹ OLIVEIRA, P. Miguel de - *Ovar na Idade Média*, ed. da Câmara Municipal de Ovar, 1967, p. 60.

²⁰ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Edição da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924, pp. 2 e 4.

²¹ ABECASIS, Carlos Krus - *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*, Lisboa, 1961 e OLIVEIRA, Orlando de - *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1988.

²² GIRÃO, Amorim - *O. C.*, p. 55.

situava numa grande baía emergente da confluência dos rios Águeda e Cértima, onde actualmente assentam as pateiras de Fermentelos, Frossos, Tabuadeira ²². Isto mesmo é corroborado pela doação de uma propriedade sita em Esgueira, no início do séc. XII (1103), na qual se localiza o património doado como ficando perto da foz do Vouga, que já sabemos estar um pouco mais a norte (entre Canelas e Fermelã), junto à orla marítima ²³.

Outra informação importante é aquela que nos é transmitida por um documento de 1095, respeitante a Ribas Altas (Ílhavo). Aí se descreve com precisão que Ribas Altas tinha a ocidente a praia, no litoral ²⁴. Note-se que o documento indica explicitamente “*in ripa maris*” (no litoral) e não “*prope litus mare*” (junto à orla marítima), o que nos permite fazer passar o desenho da linha de costa por Ílhavo, em finais do séc. XI e inícios do séc. XII.

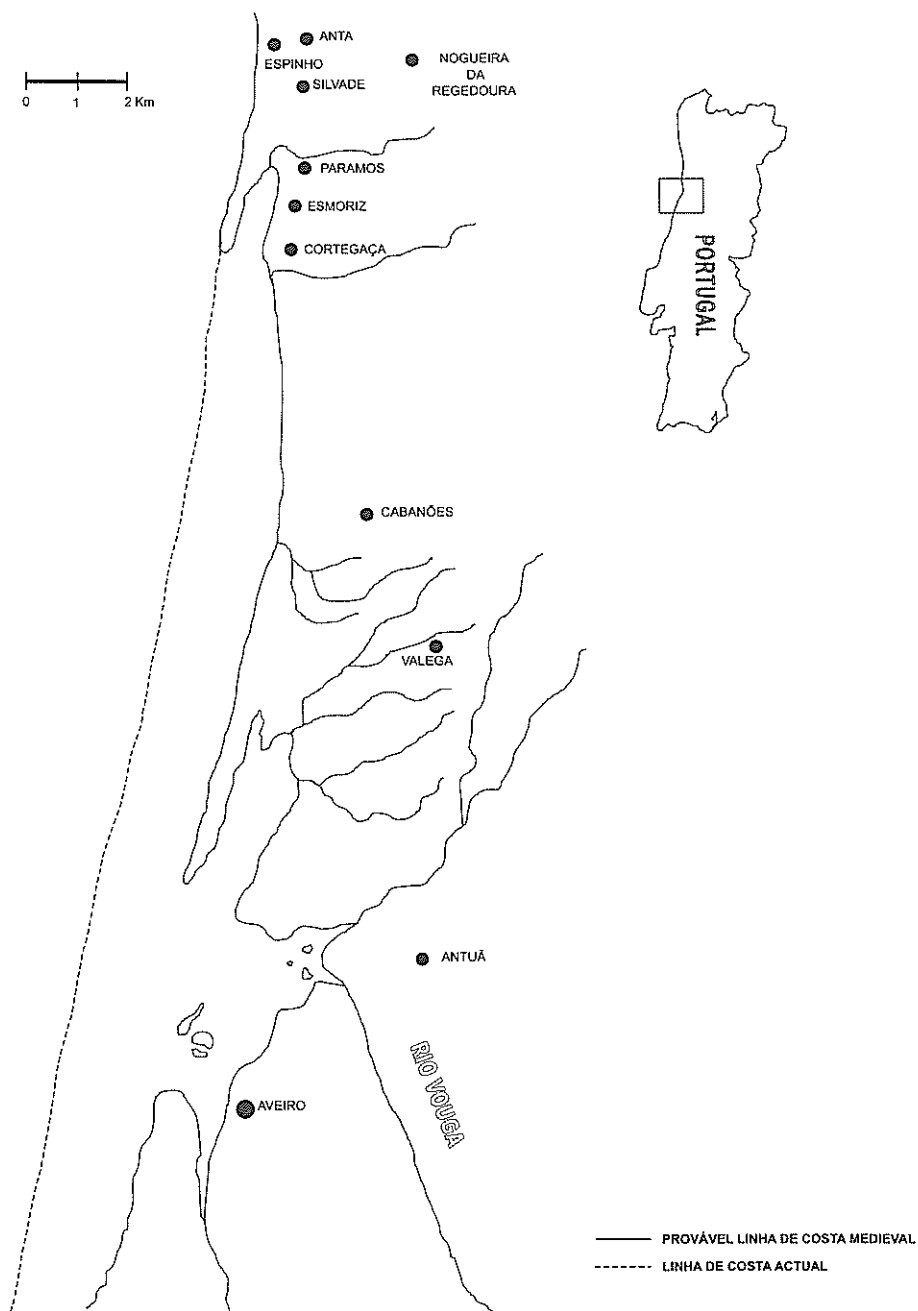
II.2. Aproximação ao traçado da linha de costa medieval no Baixo Vouga

Cruzando as informações compiladas a partir das fontes históricas com os dados disponíveis em estudos de carácter geomorfológico, podemos chegar um esboço do contorno da linha de costa, na região em estudo.

²³ *Milenário de Aveiro*, Colectânea de Documentos Históricos, org., leitura e revisão de António Gomes da Rocha Madahil, 1º vol., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959, doc 9. A partir deste momento sempre que aludirmos a esta última obra designá-la-emos apenas por *Milenário de Aveiro*, seguida da menção do volume e documentos em análise.

²⁴ *Livro Preto*, vol. II, docs. 302 e 307.

Aproximação ao traçado da linha de costa medieval no Baixo Vouga



II.3. A evolução da linha de costa como elemento estruturante do *hinterland* de Aveiro

Até que ponto é que a evolução da linha de costa, designadamente ao nível da formação da laguna de Aveiro, terá condicionado o desenvolvimento económico da região? É isso que passaremos a analisar de imediato.

“De pouca ou nenhuma importância, pela sua posição nada privilegiada para a guerra, sem castelos ou até mesmo muralhas que a defendessem das constantes arremetidas dos mouros, [Aveiro] só algumas décadas mais tarde podia vir a florescer, mercê do seu comércio próspero, da sua navegação e da sua agricultura. Muitas vezes assistiu e foi vítima das frequentes lutas entre cristãos e mouros, quando estes ainda não tinham sido levados de vencida para lá dos campos do Mondego. Terra de pescadores e mareantes por excelência, nascida para ser grande na paz, só começou a sua verdadeira vida de grandeza depois do século XII, com a tomada de Lisboa em 1147, portanto só a partir desta data o tráfico marítimo foi intensificado, após o afastamento do perigo de piratas árabes que de Lisboa faziam a base das suas operações”²⁵. De facto, temos que correlacionar os factores de ordem geomorfológica com as conjunturas político-militares para percebermos a afirmação e decadência económica de Aveiro e da sua área envolvente. No século XIII, “Portugal figurava já entre os principais países exportadores de peixe e sal, sobretudo deste último produto, para os países do norte da Europa, onde, devido às baixas temperaturas, ao excesso de humidade no ar e à fraca salinidade das águas marinhas, não era possível a sua produção. (...) Entre os principais centros produtores de sal deste período, estavam as regiões do Vouga, do Tejo, do Sado e do Algarve”²⁶. Profundamente dependente do sal, das pescas e da navegação, esta região vai ser simultaneamente reflexo da evolução da linha de costa portuguesa e da tranquilidade resultante da estabilização da fronteira a sul, com a tomada de Lisboa, em 1147. Deste modo, não obstante algumas referências pontuais a salinas anteriores ao séc. XII, é na verdade a partir deste século que se constata uma exploração intensiva do sal de Aveiro²⁷. Para este facto terá concorrido o declínio das marinhas do Douro, Leça e Ave²⁸. A produção é tal que, em 1216, D. Pedro Afonso e sua mulher fazem “*Kartam de nostro sali que habemos in Averio et damos de eo ad Sanctum Johannem de Tarouca mille modios in singulis annis*”²⁹. Ora como a produção é elevada, os preços baixam e, com a baixa de preços, fica lesado o rei nos impostos (dízima) que cobra sobre a transacção deste produto. Esta realidade leva D. Afonso IV a confirmar uma postura anterior que condicionava a produção de sal em Aveiro aos meses de Julho e Agosto³⁰. Desde a primeira referência a uma salina, contida na famosa doação que Mumadona Dias, em 959, fez ao

²⁵ OLIVEIROS, Albertina Valentim – *Aveiro no século XV*, Aveiro, “Boletim Municipal de Aveiro”, Ano II, nº 4, 1984, p. 18.

²⁶ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 452.

²⁷ Cf., neste trabalho, a fig. 1: CORRELAÇÃO ENTRE A OCUPAÇÃO DAS MARINHAS E O (RE) APROVEITAMENTO DOS SOLOS.

²⁸ COIMBRA, Manuel Martins de Almeida – *Reflexões Históricas Sobre a Barra de Aveiro*, sep. do “Arquivo do Distrito de Aveiro”, vol. XXII, Aveiro, 1886, p. 25.

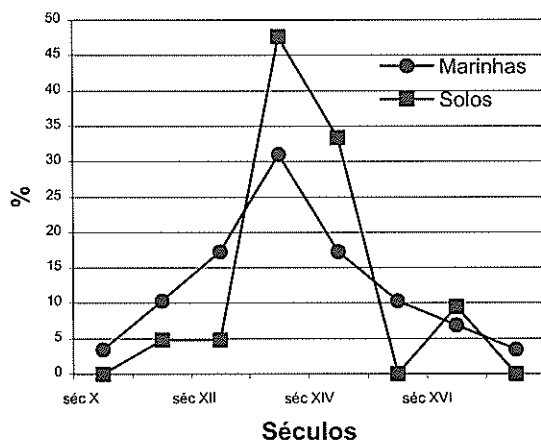
²⁹ *Milenário de Aveiro*, vol. 1º, doc. 32.

³⁰ COIMBRA, Manuel Martins de Almeida – *O.C.*, p. 24.

mosteiro de Guimarães por ela fundado ³¹, encontramos elencadas várias localidades com marinhas ou talhos de sal das quais apenas referiremos a mais antiga alusão escrita: Esgueira (c. Aveiro), em 1057 ³²; Alcaroubim, nas margens do Vouga (c. Águeda), em 1059 ³³; Rio Seco, entre Canelas e Fermelã (c. Estarreja), em 1078 ³⁴; Sá (c. Aveiro), em 1100 ³⁵; Cacia (c. Aveiro), em 1192 ³⁶; Vagos (c. de Vagos), presumivelmente em 1204 ³⁷; Cabanões (c. Ovar), em 1268 ³⁸, para além das inúmeras referências a Aveiro.

Esta intensa produção de sal, para além dos factores já apontados, deve estar igualmente relacionada com o incremento demográfico mais ou menos contínuo verificado até ao primeiro quartel do séc. XIV ³⁹. Isto mesmo se comprova pela acção de D. Dinis no sentido de promover o (re)povoamento, ocupação (através de arroteamentos) e aproveitamento das terras (fig.1), através de doações e da locação de matos e montes maninhos, sobretudo no concelho de Águeda ⁴⁰.

Fig. 1: Correlação entre a ocupação da marinhas e o (re)aproveitamento dos solos



No entanto, havia sempre o recurso à pesca e, na verdade, Aveiro só começou a ganhar alguma importância como centro piscatório a partir de finais do séc. XIII ⁴¹, isto é, quando a salicultura começa a perder expressividade.

À laia de complemento, refira-se que a evolução dos acontecimentos para os períodos

³¹ *Milenário de Aveiro*, vol. 1º, doc. 1.

³² *Livro Preto*, vol. I, doc. 110.

³³ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 420.

³⁴ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 557.

³⁵ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 936 e *Milenário de Aveiro*, vol. 1º, doc. 8.

³⁶ *Milenário de Aveiro*, vol. 1º, doc. 25.

³⁷ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979, doc. 154.

³⁸ T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 47 vº.

³⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz - *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 452.

⁴⁰ Cf. Anexos, tabela 2: A OCUPAÇÃO/APROVEITAMENTO DOS SOLOS

⁴¹ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira - *O. C.*, p. 444.

moderno e contemporâneo está aparentemente bem estabelecida. Sabemos hoje que no último quartel do séc. XV a lagoa de Mira era já pronunciada nos documentos ⁴², o que indicia que estavam já definidas as balizas espaciais da “ria”. Este facto deve ter contribuído para um sucessivo estrangulamento da barra, que foi divagando para sul até, no séc. XVIII, ter atingido os areais de Mira, onde ficou muito assoreada, impossibilitando a entrada de navios e provocando um estado de calamidade ao nível da agricultura, salicultura, pescas, transacções comerciais e saúde pública. Dada a premência de uma resolução foram tentadas várias soluções para, finalmente, na primeira década do século XIX, se conseguir abrir uma barra artificial que ainda hoje perdura com várias intervenções até à actualidade.

III- Conclusão

Ao longo do período histórico, a faixa litoral compreendida entre Espinho e Mira foi sofrendo modificações várias. Nos alvares da nacionalidade a lagoa de Ovil estava constituída, abarcado as localidades de Cortegaça, Esmoriz, Paramos e Silvalde. No séc. X entrara já numa fase de assoreamento progressivo que a terá levado, em virtude da acção carreadora dos rios nortenhos e, especialmente do Douro, a perder a sua faixa setentrional para, actualmente, se circunscrever a Paramos e Esmoriz. Em Ovar, no séc. X, deparamos com um porto marítimo, posteriormente desaparecido em virtude da formação da restinga arenosa que, no séc. XII atingia já a zona imediatamente a norte da Torreira. Estava iniciado o processo de formação da laguna de Aveiro; mas estava-se longe da sua constituição definitiva até porque, ainda no séc. XII, o Vouga e o seu afluente Antuã desembocavam directamente no mar. Mais a sul, Ílhavo era bordejado pelo mar. Ao longo de toda esta costa pululavam as marinhas de sal, o chamado “ouro branco da Idade Média”, na feliz expressão de Michel Mollat, sal esse que catapultou a região para uma posição de destaque ao nível nacional. Mais tarde, já nos finais da *Centúria de Duzentos*, o sal tende a perder a hegemonia como elemento fulcral da economia desta região, levando a que a actividade piscatória ganhe uma maior expressão. A alteração da linha de costa, designadamente com a regressão marinha e com a formação da laguna, levaram a um aproveitamento intensivo dos recursos naturais daí decorrentes. Tal fez-se através da instalação de um elevado número de marinhas, as quais, a curto prazo, acabaram por ser elas próprias um factor de alteração do meio recém-criado, constituindo-se, possivelmente, como elemento potenciador do assoreamento lagunar.

Temos, no presente caso, um exemplo evidente da forma como o meio condicionou as actividades humanas e, por outro lado, como estas intervieram na transformação desse mesmo meio, nomeadamente através do aumento ou diminuição do abastecimento sedimentar resultante da variação da pressão demográfica (e consequente intensificação ou abandono de cultivos) e decorrente tomada de opções de exploração económica. A somar a tudo isto, o deslocamento progressivo da barra para sul condicionou inexoravelmente o desenvolvimento de todo o Baixo Vouga, que só adquire alguma estabilidade com a abertura da barra artificial, em 1808.

Anexos

Tabela 1: As marinhas e o sal

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
959, Jan., 26	-	Doação	Aveiro	Doação que Mumadona Dias faz ao mosteiro de Guimarães das salinas que possui em Aveiro	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc.1
1057, Dez., 1	-	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Gendo, sua mulher e filhos doam ao mosteiro da Vacariça 51 talhos de marinha que possuíam em Esgueira	<i>Livro Preto</i> , vol. I, doc. 110
1059	-	Inventário de bens	Alquerubim (c. de Águeda)	Ao fazerem o inventário do seu património D. Fernando e D. Sancha sua mulher referem as salinas de Alquerubim, junto ao rio Vouga	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 420
1078	-	Venda	Rio Seco (entre Canelas e Fernelã, c. Estarreja)	Venda de Rio Seco, onde existem marinhas	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 557
1100, Jun., 13	-	Doação	Sá (c. Aveiro)	Doação ao mosteiro de Lorvão. Entre os bens doados conta-se uma marinha	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 936 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 8
1137, Abr.	D. Afonso Henriques	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Doação feita pelo bispo de Coimbra ao arcebispo Martinho de uma marinha que possuía em Esgueira	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 13 e <i>Livro Preto</i> , vol. II, doc. 263
1168, Nov.	D. Afonso Henriques	Doação	Aveiro	Vários proprietários de Aveiro doam à Sé de Coimbra marinhas de sal no Esteiro de Aveiro e também no termo da vila	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 16
1192	D. Sancho I	Doação	Cacia (c. Aveiro)	Mendo Achia e Maria Pais, sua mulher, doam ao mosteiro de Lorvão o castro de Cacia; fazem referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 25
1194, Ago.	D. Sancho I	Testamento	Cacia (c. Aveiro)	Testamento de Pedro Peres Farinha a favor do mosteiro de Lorvão; faz referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 26
1200-1201	D. Sancho I	Inquirição	Aveiro, Esgueira, Arada e Verdemilho (tudo c. Aveiro)	Depoimentos das testemunhas inquiridas fazem referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 27

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
1203, Jun.	D. Sancho I	Testamento	Esgueira (c. Aveiro)	Testamento de Frei Pedro de Vouga a favor do mosteiro de Lorvão, ao qual deixa 15 talhos de marinha que possuía na Figueira da Fonte de Esgueira	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 28
[1204], Ago., 18	D. Sancho I	Doação	Vagos	O monarca doa ao mosteiro de Grijó a sua ermida de S ^{ta} M ^a de Vagos com as suas marinhas	<i>Documentos de Sancho I</i> , doc. 154
1216, Jan, 1	D. Afonso II	Doação	Aveiro	D. Pedro Afonso e sua mulher doam ao mosteiro de Tarouca, anualmente, mil moio do sal que tinham em Aveiro	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 32
1223, Ago.	D. Sancho II	Doação	Aveiro	A Infanta D. Sancha doa ao mosteiro de Celas a terça parte de Aveiro; faz referência a salinas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 35
1268, Out.	D. Afonso III	Inquirição	Cabanões (c. Ovar)	Inquirição acerca das salinas de cabanões e respectivos foros pagos ao rei e à sé do Porto	T.T., <i>Chancelaria D. Afonso III</i> , Livro 1, fl. 47v ^o
1275, Jun.	D. Afonso III	Confirmação de doação	Aveiro	O bisneto de Pedro Afonso confirma a doação que o seu bisavô tinha feito ao mosteiro de Tarouca de mil moios de sal de Aveiro)	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 44
1280	D. Dinis	Doação	Aveiro	Vários salineiros de Aveiro doam ao mosteiro de Tarouca marinhas que possuíam (especificam os nomes das salinas)	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 46
1296, Dez.	D. Dinis	Emprazamento	Aveiro	O mosteiro de Tarouca empraza várias propriedades que possui em Aveiro, fazendo referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 52

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
1306, Maio, 31	D. Dinis	Permuta	Aveiro	O monarca permuta com o mosteiro de Tarouca a terça parte de Aveiro, pelo que os 1000 moios de sal devem agora ser entregues ao rei	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 57
1306, Jul., 4	D. Dinis	Doação	Aveiro	D. Pedro Afonso e sua mulher doam ao mosteiro de Tarouca 1000 moios de sal de Aveiro, anualmente	T.T., <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro 5, fl. 73 e Livro 6, fls. 27vº-28 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, docs. 32 e 42
1306, Jul., 4	D. Dinis	Aforamento	Aveiro	O mosteiro de Tarouca afora casas herdamentos e marinhas que detem em Aveiro	T.T., <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro 5, fl.s. 76-76vº e Livro 6, fl. 29
1313, Fev., 11	D. Dinis	Arrendamento	Aveiro	O monarca arrenda 2 marinhas de Aveiro que pertenceram ao mosteiro de Celas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 59

Tabela 2: A OCUPAÇÃO/APROVEITAMENTO DOS SOLOS

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	USOS						FONTES
				POVOAMENTO	ARROTEIAS	MATO MANINHO	MONTE MANINHO	CULTIVO DO SOLO	REAPROVEITAMENTO DE MARINHAS	
1088, Jan. 30	-	Emprazamento	Ílhavo (c. Aveiro)		X					<i>Livro Preto</i> , vol. II, doc. 307 e Ílhavo (c. Aveiro)
1192, Julho	D. Sancho I	Doação	Cacia (c. Aveiro)	X						Milenário de Aveiro, vol. I, doc. 25
1282, Dez., 27	D. Dinis	Doação régia	Carvalhais, Termo de Recardães (c. Águeda)	X						T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 58vº
1284, Jan., 4	D. Dinis	Aforamento régio	Marnel (c. Águeda)			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 87
1284, Jan., 4	D. Dinis	Aforamento régio	Marnel (c. Águeda)			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 87vº
1284, Fev.	D. Dinis	Aforamento régio	Terra da Feira	X						T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fls. 104-104 vº
1286, Nov., 3	D. Dinis	Aforamento régio	Forca do Lobo, entre Barrô e Espinhel (c. Águeda)				X			T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 182

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	POVOAMENTO	ARROTEIAS	MATO	MONTE	CULTIVO DO	REAPROVEITA	FONTE
						MANINHO	MANINHO	SOLO	MENTO DE MARINHAS	
1288, Jul., 15	D. Dinis	Aforamento régio	“Costa do Gadal”, (provavelment e c. Águeda)		X	X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 238 vº
1289, Jan., 26	D. Dinis	Aforamento régio	Terra da Feira	X				X		T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 238 vº
1291, Fev., 26	D. Dinis	Aforamento régio	Riba de Aguada (c. Águeda)			X		X		T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fl. 2
1294, Jan., 12	D. Dinis	Aforamento régio	(?) Julgado de Vouga		X	X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fl. 66 vº
1295, Maio, 6	D. Dinis	Aforamento régio	Terno de Antas (?), julgado de Vouga			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fls. 98-98vº
1311, Dez., 3	D. Dinis	Aforamento régio	Ao lado de Bolfelar, (c. Águeda)		X					T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 56
1313, Fev., 11	D. Dinis	Arrendamento por 30 anos	Aveiro						X	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 59
1314, Jan., 12	D. Dinis	Aforamento régio	Fr. S. Vicente (provavelment e S. Vicente de Pereira, c. Ovar)			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 59vº
1314, Jan., 12	D. Dinis	Aforamento régio	Sª Mª de Antas (?), julgado de Vouga			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fls. 63-63vº
1314, Jan., 20	D. Dinis	Aforamento régio	Julgado de Vouga		X					T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 66
1314, Jun., 21	D. Dinis	Aforamento régio	S. Cristovão de Macinhata (c. Águeda)				X			T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 67
1315, Abr., 19	D. Dinis	Aforamento régio	S. Cristovão de Macinhata (c. Águeda)				X			T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 71

Fontes Históricas

a) Inéditas

- T.T., *Chancelaria D. Afonso III*, Livro 1.
- T.T., *Chancelaria D. Dinis*, Livros 1, 2, 4, 5 e 6.

b) Publicadas

- *Arquivo Historico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904.
- *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Edição da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.
- *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum Qui in Archivo Municipali Portugalensi Asservantur Antiquissimorum*, Porto, 1891-1938.
- *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. De Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979.
- *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III,(1940), vol. IV, tomo I (1930), Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- *História Florestal, Aquícola e Cinegética, Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Régias*, vol II (1982) e vol. III (1982), Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal.
- *Le Cartulaire Baio-Ferrado de Grijó (XI^e-XIII^e siècles)*, Introduction et Notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.
- *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. crítica por Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso sob orientação do P. Avelino Jesus da Costa, vol. I (1977), vol. II (1978), vol. III (1979), Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.
- *Milenário de Aveiro*, Colectânea de Documentos Históricos, org., leitura e revisão de António Gomes da Rocha Madahil, 1^o vol., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959.
- *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*, jussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita: *Diplomata et Chartae*, vol. I, Olisipone, 1867.

Bibliografia

- ABECASIS, Carlos Krus – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*, Lisboa, 1961.
- ALVES, Francisco J. S., DIAS, J. M. Alveirinho, ALMEIDA, Mário J. R. de & TABORDA, Rui – *A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho)*, Separata de “O Arqueólogo Português”, série IV, 6/7, 1988-1989.
- AMORIM, P. Aires de – *Esmoriz e a sua História*, Esmoriz, ed. da Comissão de Melhoramentos, 1986.
- COELHO, Maria Helena da Cruz - *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- COIMBRA, Manuel Martins de Almeida – *Reflexões Históricas Sobre a Barra de Aveiro*, sep. do “Arquivo do Distrito de Aveiro”, vol. XXII, Aveiro, 1836.
- DIAS, J.M. Alveirinho, RODRIGUES, Aurora e MAGALHÃES, Fernando - *Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos*, in “Estudos do Quaternário”, 1, APEQ, Lisboa, 1997, pp. 53-66.
- GIRÃO, A. de Amorim – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira - *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- MARTINS, Alfredo Fernandes – *A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa*, sep. de «Biblos», nº XXII, Coimbra, 1947, pp. 1-35.
- NEVES, Francisco Ferreira – *Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro*, sep. Do “Arquivo do Distrito de Aveiro”, vol. XXII, 1956, pp. 5-26.
- OLIVEIRA, I. B. Mota, VALLE, A. J. S. F. & MIRANDA, F. C. C. – *Litoral Problems in the Portuguese West Coast*, “Coastal Engineering”, vol. III, 1982, pp. 1951-1969.
- OLIVEIRA, Orlando de – *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1988.
- OLIVEIRA, P. Miguel de – *Ovar na Idade Média*, ed. da Câmara Municipal de Ovar, 1967.
- OLIVEIROS, Albertina Valentim – *Aveiro no século XV*, Aveiro, “Boletim Municipal de Aveiro”, Ano II, nº 4, 1984, pp. 17-30.
- SILVA, António Manuel S. P. – *Proto-História e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral: elementos para uma avaliação crítica*, Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada na F.L.U.P. (Policop.), Porto, 1994.